

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.564.280 - SP (2019/0236055-5)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : WBM SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA
OUTRO NOME : WAL MART BRASIL LTDA.
ADVOGADOS : MAURICIO LUIS MAIOLI - RS065398
JULIO CESAR GOULART LANES E OUTRO(S) - SP285224
FABIO BRUN GOLDSCHMIDT - SP340935
CLÓVIS GIMENES SILVA NETO - SP359187
AGRAVADO : FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
PROCON
PROCURADOR : CLÁUDIO HENRIQUE DE OLIVEIRA E OUTRO(S) -
SP329155

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado por **WBM Supermercados do Brasil Ltda.** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 605):

Ação anulatória. Auto de Infração e Imposição de Multa. Registro extemporâneo de documentos fiscais eletrônicos. Art. 7º, parágrafo único, item '2' da Lei Estadual 12.685/2007. Infração caracterizada. Precedentes neste E. Tribunal de Justiça. Multa mantida. Recurso desprovido.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 633/637).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação aos arts. 535, II, do CPC/73; 57 do Código de Defesa do Consumidor; e 113 do Código Tributário Nacional. Sustenta, em resumo, que: (I) a despeito dos embargos de declaração, o Tribunal *a quo* remanesceu omissos acerca das questões neles suscitadas; (II) "*em que pese a previsão da multa em razão da falta de registro e/ou atraso nas informações, estão ausentes os requisitos de dolo, fraude ou simulação*" (fl. 670); e (III) "*a multa não deve prevalecer somente em razão do atraso ou falta de registro, pois não implicou falta de pagamento do imposto*" (fl. 671).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Registre-se, de logo, que a decisão recorrida foi publicada na vigência do

Superior Tribunal de Justiça

CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

Feita essa observação, verifica-se não ter ocorrido ofensa ao art. 535, II, do CPC/73, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Por sua vez, a questão de fundo trazida à discussão restou decidida pela instância recorrida à luz das disposições contidas na Lei Estadual 12.685/2007 (fls. 606/608):

*Na esteira do quanto afirmado pela própria autora e consoante se extrai do anexo I do AIIM, os documentos fiscais foram emitidos durante o mês de abril/2008, e, a teor do **artigo 2º, inciso III da Portaria CAT 85/2007**, deveriam ser registrados eletronicamente na Secretaria da Fazenda para ser gerado seu respectivo Registro Eletrônico de Documento Fiscal - REDF.*

*Assim sendo realizado, seria possível aos consumidores, em consequência, aproveitar créditos de ICMS gerados nas operações, além de participar dos sorteios do Programa Nota Fiscal Paulista, instituído com o objetivo de incentivar os adquirentes de mercadorias, bens e serviços de transporte Interestadual e intermunicipal a exigir do fornecedor a entrega de documento fiscal hábil (**art. 1º da lei Estadual 12.685, de 28 de agosto de 2007**).*

Para perfeito aproveitamento pelos consumidores, contudo, os registros eletrônicos deveriam ser efetivados, por óbvio, nos prazos fixados na legislação atinente ao Programa, por assim ser exigido, e, não se descure, há lesão ao direito dos consumidores por registro realizado a destempo.[...]

Inegável, dessarte, descumprimento por parte da apelante de obrigação acessória [...]

Por outra, resta afastado argumento acerca de excesso na multa, assim como inviável acolher alegação de ser impossível aplicar multa por cada uma das notas fiscais registradas em atraso, porquanto se trata de multa com valor fixado em 100

Superior Tribunal de Justiça

UFESPs pela legislação de regência, e a ser cominada por documento não emitido ou entregue, à ser aplicada na forma da legislação de proteção e defesa do consumidor (art. 7º da Lei Estadual 12.685/2007).

Demais disso, tem-se multa fixada sem qualquer violação ao artigo 150, IV, da Constituição Federal, sem que se mostre excessiva ou utilizada como meio de coerção, como denunciou a apelante, mas, ao contrário, há lei especial a reger sua aplicação e seu importe, como antes realcei.

Nesse contexto, quanto à alegação de afronta aos arts. 57 do Código de Defesa do Consumidor e 113 do Código Tributário Nacional, o exame da controvérsia, tal como enfrentada pelas instâncias ordinárias, exigiria a análise de dispositivos de legislação local, pretensão insuscetível de ser apreciada em recurso especial, conforme a Súmula 280/STF ("*Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário*").

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator